

Para uma Epistemologia da Travessia Hermenêutica

Manuel Pessoa

Departamento de Engenharia
Informática e de Sistemas do Instituto
Superior de Engenharia de Coimbra
Email: mpessoa@isec.pt

Sandra Cosme

Discente do Curso de Mestrado
em Arquivo, Biblioteca
e Ciência da Informação
Universidade de Évora
Email: sandracosme@simplesnet.pt

Sara Carvalho

Discente do Curso de Mestrado
em Arquivo, Biblioteca
e Ciência da Informação
Universidade de Évora
Email: sara-carvalho@iol.pt

RESUMO

Este estudo tem como pano de fundo o levantamento de algumas problemáticas no cerne dos princípios, objecto e metodologias da Biblioteca contemporânea.

Assumindo uma postura de reposicionamento mostra-se um terreno fértil para questionar as estruturas mentais que se perpetuaram ao longo da história, procurando evidenciar a nova dinâmica da normalização e da praxis.

A par das diferentes perspectivas apresentadas, aborda a questão das manifestações e corpos possíveis para o documento, “superação” do conceito tradicional de colecção, dinâmicas de utilização.

Propõe uma abordagem hermenêutica como a metáfora da libertação a caminhos possíveis para o recentrar do lugar do profissional de informação.

Questiona, dentro de princípios dialógicos, os novos modelos conceptuais e as “ferramentas” que se desenham nos espaços de construção do conhecimento.

Num mundo dinâmico, pleno de intermitências, interrogamos o passado para as interrogações mais prementes do presente.

PALAVRAS-CHAVE:

Redimensionar do objecto, manifestações do documento, colecção, utilizador, ontologias, biblioteconomia.

Existe hoje a consciência de que nos encontramos pugnados e cercados de um pensamento complexo, que se caracteriza precisamente, como o afirma Edgar Morin, “por um reconhecimento de um princípio de incompletude e de incerteza”¹ sem os quais incorremos no perigo de caminhar exclusivamente no e para o inefável.

Esta inquietação poderá ter tido início com o problema da gestão dos objectos. Perdidos num espaço pleno de objectos “arrumados”.

O problema reformula-se mas vincando a sua imaterialidade. O labirinto pode não existir se nos situarmos numa plataforma que nos permita vê-lo de outro ângulo. Interrogá-lo sem estarmos nas suas vísceras.

Desaguemos na metáfora de Borges: “Naquele império,

a arte da cartografia logrou tal perfeição que o mapa de uma só província ocupava toda uma cidade e o mapa do império toda uma província. Com o tempo, estes mapas desmesurados não satisfizeram e os colégios de cartógrafos levantaram o mapa do império que tinha o tamanho do império e coincidia pontualmente com ele. Menos aditas ao estudo da cartografia as gerações seguintes entenderam que este dilatar do mapa era inútil e, não sem piedade, entregaram-no às inclemências do Sol e dos Invernos”. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas ruínas do mapa...”²

A biblioteconomia clássica fez o primeiro rasgo na constituição de um objecto que dispensa a reprodução e decalque de si mesmo, ao construir teorias próprias para a descrição dos objectos, ao classificá-los segundo características gerais e englobantes, conferindo-lhes autonomia.

Determinam-se, deste modo, classes que se constituem como formas de arrumação e, paralelamente, como formas de representação. O grau de abstracção assume o seu auge na produção de instrumentos que proporcionam informação sobre os documentos e se assumem como elos e veículos de comunicação entre sujeito e objecto.

A estes mediadores coube o mérito de evidenciarem a capacidade de construir informação sobre informação, “evitando a dilatação do mapa”.

Sintetizando e relacionando dados numa atitude vanguardista de gestão os profissionais, de forma mais ou menos consistente, conseguiram ter um domínio sobre colecções, “superando” as dificuldades de espaço e memória.

Num segundo plano, no mundo digital somos confrontados com a utopia de ter um mapa à escala do objecto (1:1); o mapa “ocupa” o real tamanho do objecto; é isto que as tecnologias permitem alterar e equacionar. Vemos, no entanto, que o ciberespaço e a cibermemória, por si só, não resolvem os nossos problemas teóricos, pelo contrário, evidenciam o seu carácter premente e acutilante.

Contudo, este universo traz às bibliotecas uma possibilidade de reposicionamento social e cultural, sendo, ao mesmo tempo, o terreno fértil para o cumprimento da sua missão, disponibilizando recursos para materializar estratégias ambicionadas desde longa data.

Num terceiro plano, a metáfora de Borges conduz-nos à inoperabilidade de certas estruturas mentais que se constituíram como fulcrais no âmago da história da

Biblioteconomia e ganham especial relevância no século XIX.

Supunha-se ser possível elencar uma Bibliografia Universal, tal como se supunha conhecer tudo, tudo era categorizável, seguindo o discurso do método científico, em que o objecto era quantificável, uno, e perfeitamente cognoscível pelo sujeito³.

Taxionomias e classificações, num certo sentido, podem ser interpretadas à luz deste paradigma conceptual, são o reflexo das ânsias de universalismo, de organização à escala internacional.

As classificações tornam-se “instrumentos” tão consistentes para a época que se generalizam no mundo Ocidental, ganham alicerces sólidos e prolongando-se até hoje no âmago das nossas instituições. É ainda à volta delas que gravita o discurso técnico e científico da “especialidade”.⁴

Por outro lado, é necessário lembrar a forma como Paul Otlet⁵ e La Fontaine descrevem a inconsistência e desorientação que os profissionais da informação viviam na altura: “Em milhares de bibliotecas, homens trabalham penosamente hoje a inventariar e a classificar os mesmos livros. E isto reinicia-se, cada vez que uma nova colecção se forma. Além disso, existem tantos métodos quantos indivíduos. A classificação difere de país para país, de cidade para cidade, de bibliotecário para bibliotecário, exigindo do pesquisador uma nova iniciação a cada novo catálogo que ele consulta.”⁶

Os autores focalizam uma realidade que se deve recolocar: a problemática da biblioteconomia gravitará apenas no domínio técnico?⁷

Hoje, apesar do esforço de modernização dos nossos serviços e procedimentos, apesar da normalização e debate internacional, apesar da construção de recursos colectivos cooperantes, que têm evitado a duplicação de tarefas e fomentando um discurso revitalizado e consistente⁸ – será que é por se usar, por exemplo, de forma generalizada a mesma classificação que estes problemas deixam de se colocar?

Se o ambiente protegido das bibliotecas lhes permitiu desenhar catálogos *online*, actualizarem os seus instrumentos em função do utilizador, posicionarem-se de forma actualizada face às novas tecnologias, o mesmo não se poderá dizer no que concerne a superação do modelo conceptual que lhes subjaz.

O aperfeiçoamento da razão técnica mostrou-se insuficiente para acompanhar a evolução do real. Hoje o conhecimento incorpora na sua natureza o indeterminado, assume-o⁹. Os novos instrumentos e a própria praxis têm que contemplar esta inexistência de fronteiras de espaço e de tempo, urge portanto fazer uma reflexão no próprio cerne dos princípios, do objecto e da metodologia.

DISCURSO TEÓRICO E NORMATIVO

O universo do debate internacional sofre uma metamorfose deslocando o seu foco das ferramentas e instrumentalização de práticas, para o repensar dos princípios teóricos a considerar na sociedade do conhecimento.

O documento resultante da reunião de especialistas de Catalogação, em Frankfurt¹⁰ (2003), assume-se como um alargamento dos princípios de Paris¹¹. Assim se verifica que existe um novo universo de documentos a

tratar, exigindo-se um reposicionamento das funções do catálogo.

Ao consignar todos os tipos de materiais no âmbito deste documento, torna-se ameaçador o risco de inconsistência, mas o sustento teórico do FRBR¹² apoiado com a FRANAR¹³ flexibiliza e confere consistência às funções do catálogo ao insistir nos princípios. Serve os interesses do “utilizador que procura outro tipo de relações”, ao que acrescentaríamos as próprias virtualidades do documento, sob todas as formas em que este se possa manifestar.

Assim o próprio discurso normativo tende a assumir-se com uma nova dinâmica. Perceber a evolução na terminologia das normas, nos seus próprios títulos e âmbitos, permite-nos traçar a evolução interna do objecto, a par das estruturas mentais que lhe estão subjacentes e dos princípios internacionais vocacionados para uniformizar a descrição bibliográfica.

Nesta evolução encontramos intermitência de material e aparentes contradições diacrónicas, mas sujeitos a um olhar sincrónico procuram responder à imediatez da prática labiríntica. A forma como se construiu este discurso normativo manifesta-se num conjunto de *corpus* que se foram renovando, contaminando, substituindo e fundindo.¹⁴

Noutro plano, o discurso normativo internacional reflecte a própria evolução dos suportes, denota os impasses teóricos, evidencia a impossibilidade de vincular o objecto a uma só norma. O objectivo de simplificação é posto em causa porque a realidade dos novos documentos foge às análises lineares. Há situações em que o recurso a várias normas é indispensável, já que as fronteiras entre os documentos são altamente permeáveis. Basta imaginar que temos um livro antigo, digitalizado, com música impressa... temos que usar várias normas da família ISBD. O que de certa forma pode mostrar o grau de complexidade que o problema pode assumir e ainda a tendência para o documento se emancipar do suporte e das amarras circunstanciais que lhe são feitas.

O discurso internacional renova-se¹⁵ consciente desta nova realidade, o que é possível atestar no desenho teórico implícito à proposta em debate da nova Norma Internacional de Catalogação¹⁶.

Em Portugal algumas normas, sobretudo as edições mais recentes, continuam em língua Inglesa. Poderá isto significar que estão ausentes da prática diária biblioteconómica? Ou que as nossas colecções ainda são constituídas sobretudo por material impresso? Ou a falta de recursos? Ou a falta de tradição na participação dos grupos de trabalho internacionais? Este caminho poderá, eventualmente, ser revertido através da concertação estratégica da representação dos profissionais de informação junto dos centros de decisão política; e através da real implicação no debate internacional, sempre com uma forte consciência das particularidades da nossa língua e cultura.¹⁷

E se pretendermos ir mais longe: o que espelha a desactualização e “abandono” das Regras Portuguesas de Catalogação?

REDIMENSIONAR DO OBJECTO: MANIFESTAÇÕES E CORPOS POSSÍVEIS PARA O DOCUMENTO

Numa análise mais detalhada, consideramos que o objecto se pode redimensionar em três frentes interactivas, sinérgicas e dialógicas: manifestações e corpos possíveis para o documento, evolução do conceito tradicional de colecção, dinâmicas de utilização.

A par de uma evolução dos sistemas, no sentido da superação da razão técnica, emergem novos fundamentos epistemológicos para perspectivar a conceito de documento.

Inicialmente o documento era visto como um átomo estanque, com características e relações pré-determinadas e generalizáveis, existia num regime ontológico concreto. Indo ao encontro da sua definição etimológica: “aquilo que serve de prova; demonstração”¹⁸, hoje “o problema do termo documento é que se usa tanto para unidades de suporte – volumes – como para unidades semânticas – textos ou obras – ou pragmáticas – um meio de comunicação, como uma revista – ,e este uso polissémico está tão arraigado no uso quotidiano e ainda no técnico que parece difícil vislumbrar alguma solução a médio prazo”¹⁹.

O documento manifesta-se num novo posicionamento, caracteriza-se pela sua incompletude, na sua natureza começa a desenhar-se a ideia de construção²⁰. Negar esta dinâmica é recusar e inibir a construção de espaços flexíveis; ao que acrescentaríamos o documento por completar, o documento aberto, o documento que só existe quando consultado, porque recuperado pela mão do utilizador se redimensiona e revive.

Neste sentido, definir o documento implica questionar as sucessivas descentralizações e assimetrias que ao longo do percurso se libertam dos seus poros:

- I) O repensar da relação sujeito-objecto;
- II) O redimensionar das fronteiras objectividade e subjectividade;
- III) O lançar a “suspeita” sobre a distinção comumente aceite de um mundo da Biblioteca Física e um mundo da Biblioteca Digital;
- IV) Em suma, o questionar das estruturas de pensamento e conhecimento com que vemos e apreendemos o real.

“Assim, ao paradigma da disjunção/redução/unidimensionalização seria preciso substituir um paradigma de distinção/conjunção que permita distinguir sem separar, associar sem reduzir. Este paradigma comportaria um princípio dialógico e translógico, que integraria a lógica clássica tendo simultaneamente em conta os seus limites [...] Traria nele o princípio de *unitas multiplex*, que escapa à unidade abstracta do alto (holismo) e do baixo (reducionismo)”²¹

EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE COLECÇÃO

Neste enquadramento teórico os tradicionais modelos de organização da colecção ganham uma nova dinâmica: “associar sem separar ou reduzir” será um princípio que fomentará colecções mais plasmadas, permeáveis ao ritmo do conhecimento e às “mundividências” do utilizador.

A colecção já não é homogénea: já não é o que define a missão de uma biblioteca; já não está fundida e em total harmonia com o espaço; pulveriza fronteiras, de forma ilimitada pelo mundo digital.

Daí a necessidade de gerar um novo conceito de colecção, ou antes, a sua evolução exige que nos libertemos do princípio hegemónico do espaço físico; que as linhas de força sejam a cooperação e partilha; que se revigore e perspetive o conceito de referência.

A problemática pode, assim, equacionar-se em três planos: do ponto de vista do profissional: O que deve ser colecionado? Como? Por quem? Será que vamos colecionar URLs e fazer museus da WWW? Do ponto de vista do utilizador: Para quem? Do ponto de vista Institucional: Como preservar a personalidade e identidade da instituição?²²

Obviamente, estes planos devem ser ponderados em sincronia com as competências do profissional e as competências do utilizador.²³

O utilizador pede, numa primeira instância, em função daquilo que lhe é oferecido. Tendência a inverter. Se as nossas colecções forem geridas em função do interesse do utilizador o serviço de referência²⁴ pode ir muito além do horizonte que tradicionalmente constitui as nossas colecções.

Novos princípios devem fundamentar as opções dos profissionais, incluindo como estratégias estruturantes o tratamento dos pedidos dos utilizadores, o estudo das suas necessidades e a captação de novos públicos.

Perante este enquadramento as colecções resultarão em corpos heterogéneos que se revitalizam regularmente.

Na sequência da perspectiva que temos vindo a acentuar desconstrói-se o paradigma da uniformidade na constituição da colecção, pois lança-se por terra o preconceito de que existe um padrão cultural homogéneo eticamente aconselhável, dando viva expressão às periferias, às franjas.

Concluindo, a superação do conceito de colecção nos moldes “escolásticos” com que, por vezes, tem sido entendida e veiculada, implicará novas frentes de debate, combate e pedagogia:

- I) implicará um trabalho de equipa na avaliação quer a nível regional, nacional e internacional;
- II) uma rede efectiva que permita usufruir e criar sinergias na gestão dos recursos;
- III) uma forte aposta na heterogeneidade e versatilidade no serviço ao utilizador;
- IV) um diálogo prospectivo das tendências sócio-culturais e afectivas.

Estes percursos entroncam numa atitude pró-activa do profissional de informação face à cultura, numa perspectiva humanista, eclética e vanguardista.

DINÂMICAS DE UTILIZAÇÃO

Consideremos outro enfoque: nestes novos espaços de pesquisa o utilizador encontrará um ancoradouro singular, potenciando-se a sua criatividade e inovação.

Não obstante, qual será a força vital para que este movimento aconteça?

Torna-se claro que a pergunta hermenêutica será o ponto de partida para um diálogo de crescimento e amadurecimento dos vastos percursos que uma pesquisa pode assumir.

Se a primeira relação do utilizador com os nossos

sistemas começa com o perguntar, nenhuma pergunta deve ser ignorada, “uma pergunta que se ignora como problema destruir-se-á como pergunta [...] o perguntar é possível porque o próprio mundo existe sob o modo interrogativo”.²⁵ Se pretendermos ir mais longe podemos dizer que no cerne do nosso mundo estará então a “metáfora” do círculo hermenêutico, como condição e gênese do conhecimento. O ser humano não se limita a receber e relacionar o que lhe chega, mas também interpreta e interpretar implica construção.

No nosso domínio tal implica “que o tratamento e recuperação documental são um processo de ida e volta, em consonância com o modelo dialógico, e baseiam-se na metáfora do acesso: várias pontes entre os documentos e os leitores ajudam a salvar a distância entre eles”.²⁶

No conceito clássico de recuperação de informação²⁷ o utilizador segue as pisadas do bibliotecário: interpreta o sistema de forma a chegar ao conteúdo dos documentos. Ao orientarmos a arquitectura do sistema para o utilizador, assumindo-o como central e parte integrante, somos obrigados a repensar as estratégias de acesso ao conhecimento. Serão as nossas organizações, por serem estruturas que se reconfiguram, se organizam e se transformam, o caminho para materializar, fomentar, gerar uma postura dialógica?

CENÁRIO TRANSDISCIPLINAR

A questão dos suportes avançados e as dimensões expressivas mais complexas implicam um sistema ideológico de organização e classificação em que se procura projectar um espaço de autonomia cognoscitiva. A originalidade não está na multiplicação dos meios, mas sim na integração de todos eles, promovendo a ideia da convergência sinérgica na metáfora modelar do espaço de liberdade.

No entanto, para que este cenário não seja uma mera aspiração é determinante que se estabeleça uma atitude transdisciplinar em relação ao conhecimento e à sua operacionalização, revestindo de princípios o que normalmente se gera num ambiente artificial destituído do lado vital humano.²⁸

Significa isto que os Profissionais da Informação têm que fazer parte da estratégia operacional dos instrumentos de recuperação da informação, estando envolvidos em todas as fases de elaboração, implementação e controlo.

Só assim se poderá conquistar um juízo crítico, decidir optar por esta ou aquela via.

As vantagens de se participar na construção de domínios que não são primordialmente nossos salvaguardarão um discurso crítico de actualização, permitirão uma avaliação dos sistemas tradicionais²⁹, promoverão o seu enriquecimento, ao mesmo tempo que permitem recentrar o lugar dos profissionais da informação.

Os nossos serviços, ao assumirem uma postura reflexiva em relação às novas ferramentas, poderão levar mais longe a prioridade dada aos utilizadores, assumindo que as bibliotecas se constituem enquanto espaços de comunicação, muitas vezes computacional, mas altamente humanizados, em que o nosso objecto de estudo se perspectiva com uma nova cadência adaptativa e multiforme.

Assim, ao admitirmos a funcionalidade de “novas” ferramentas, tais como mapas conceptuais, tesouros, ontologias, enquanto aptas para potencializarem esta dinâmica, não abdicamos da persecução de princípios que estão subjacentes à escola clássica de biblioteconomia. Apenas pretendemos reequacionar os fundamentos em função do paradigma da complexidade que inquieta a construção teórica do nosso universo, salvaguardando que esta consciência pré-existe à construção e operacionalização das ferramentas.

Importa agora, ainda que sumariamente, referenciar algumas características que começam já a evidenciar a nova ergonomia de pensamento.

Se invertermos o imenso espelho verificamos que existe: um distinto nível de conceptualização; um distinto nível de formalização; um distinto nível de operacionalização.

As novas ferramentas podendo adoptar um distinto nível de conceptualização, mapas conceptuais, tesouros, ontologias, podem apresentar na sua base um modelo multiparadigmático integrador.

Evolui-se para uma lógica de inclusão e não de exclusão e a forte interligação entre factores obriga a uma nova lógica não de massificação, mas de ramificação.

Implica isto que para gerir tal riqueza potencial de conceitos se antevê o seguinte processo genésico: desenvolver diferentes modelos conceptuais; potenciar a abertura no sentido de que estes se unam numa rede semântica de estruturas “neurais”.³⁰

Na sua gênese, estas “novas ferramentas”, reflectem sempre uma conceptualização que se materializará numa descrição formal de um domínio de conceitos, projectando-se em classes e subclasses de conceitos; *slots* que os caracterizam e definem descrevendo os seus atributos; atributos que podem manifestar-se em facetas, depois concretizadas em itens ou instâncias.

A afinidade com os tesouros clássicos é evidente, porém o grau de rigor científico destes, por serem construídos à luz de normas internacionais, confere estabilidade e regra no controlo que se dá às Línguas Naturais.³¹

Não obstante, desde longa data, está assente no nosso domínio que lidamos com “termos” para representar conceitos, o que de certa forma nega a possibilidade de aceder à essência da coisa classificada.³² Contudo, ao insistir na ideia de “conceito” e na possibilidade dele ser representado, esta “nova geração de ferramentas” parece ambicionar aceder à própria forma de inferência humana.

Neste sentido, os progressos feitos no âmbito da Inteligência Artificial podem proporcionar o nascimento e utilização de novas linguagens de estruturação semântica³³ que poderão ajudar a “racionalizar” aquilo que se pretende e ambiciona.

Num outro plano, as ontologias quando interpretadas por certos programas informáticos, podem potenciar uma “gênese pró-activa” diferente entre o utilizador e o sistema. O que poderá significar uma evolução do próprio tesouro, que passará a ser abordado e questionado na sua amplitude funcional.³⁴

A par desta reinterpretção surge um questionar dos novos desafios contextuais e interaccionistas, considerando que a informação não pode ser dada em bruto de forma rígida e determinista; assumindo-se a necessidade de mecanismos mais intuitivos; conferindo-

se ao instrumento de recuperação de informação maior transparência; e gerando pontes entre conceitos, caminhos e percursos que podem nem ter sido equacionados pelo próprio utilizador.

Assume-se um novo modelo conceptual revestido de ergonomia que se moldará às estruturas mentais do utilizador. Estas ferramentas, ao permitir um *interface* amigável e materializando-se como uma extensão do mundo empírico, desnudam as páginas mais clássicas da pesquisa bibliográfica da sua “ortodoxia”.

Orientando-se para domínios são, num duplo sentido, adequadas à organização de nova informação e à sua integração no conhecimento já estruturado; potenciam a teia de relações entre conceitos novos e os já existentes e aprimoram futuras pesquisas. Permitem ainda uma fusão de diferentes planos de existência relacionando objectos com existência física e objectos virtuais. Esta interoperabilidade pode ir mais além se entendermos que um desenho conceptual desta natureza se constitui como um processo e está susceptível a recorrentes actualizações. Sendo a mudança não um factor de risco, por possíveis incongruências que atribua aos planos conceptuais arquitectados, mas antes um sinal de vitalidade e uma oportunidade que facilmente se agrega à arquitectura pré idealizada.

Em conclusão, é necessário sondar os meios que hoje dispomos para sobrevoar labirintos, uma espécie de “desterritorialização”, obtendo da escola clássica da biblioteconomia os meios aptos para o fazer, o que implicará uma leitura crítica aos sistemas de classificação confrontando-os com os novos sistemas de organização de informação, rotulados de “nova geração”, onde se incluem os tesouros, ontologias, mapas conceptuais... O diálogo com o sistema existirá se este gerar, por via de relações entre objectos, novos e ou reformulados objectos.

Abdicaremos, por isto, das imensas arrumações potenciadas pelas classificações? Abdicaremos dos instrumentos de trabalho tradicionais?

Partindo do paradigma dos profissionais de informação é necessário reclamar e reafirmar, num quadro conceptual transdisciplinar, a nossa identidade no paradigma das Ciências da Informação. Legitimando um percurso onde a noção de complexidade seja o lugar crucial da interrogação hermenêutica. A potencialidade organizadora estará em assumir que uma “recriação” da informação é a validação de uma razão / racionalidade dialógica, não como uma “meta-ferramenta”, mas como a fecundidade de um espaço público estratégico-cognoscitivo.

NOTAS

¹ MORIN, Edgar – *Introdução ao Pensamento Complexo*. 2.^a Ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1995. p. 9

² BORGES, Jorge Luis Borges – *O fazedor*. Lisboa: Difel, 2002.

³ Para uma contextualização detalhada cf. ANDRÉ, João Maria – *A Razão e o Real nas suas Metamorfoses. A filosofia face à cultura tecnológica*: seminário. Coimbra: Rumo, 1988 p. 44-57

⁴A CDU tem na sua natureza um carácter aberto ao permitir o uso dos dois pontos para relacionar conceitos, o que lhe confere a possibilidade de auto-evolução e denota a consciência dos seus autores da incompletude das classificações ao incluir uma classe vazia.

Cf. BALIKOVA, Marie – *Accès multilingue à de catalogues des bibliothèques nationales (MSAC) : coopération entre la République Tchèque et la Slovaquie, Slovénie, Croatie, Macedoine, Lithouanie et Lettonie*. *World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council*. [Em linha].

Oslo, Norway, 14th August 2005. [Consult. 24 de Novembro 2006]. Disponível em URL: http://www.ifla.org/IV/ifla71/papers/044f_trans-Balikova.pdf

⁵ Sobre o papel fundamental deste autor cf. RIBEIRO, Fernanda – *Gestão da Informação/Preservação da Memória na era pós-custodial: um equilíbrio precário?*. *Conservar para quê: Actas da 8^a mesa redonda de Primavera*. Porto: Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 5

⁶OTLET, Paul; LA FONTAINE, H. – *Création d'un répertoire bibliographique universel: note préliminaire. Conférence bibliographique internationale: Bruxelles 1895*. Bruxelles : Imprimerie Veuve Ferdinand Larcier, 1896. Publications de l'Office International de Bibliographie

⁷ No sentido de aprofundar esta temática, Cf. as dúcteis análises de Muriel Amar sobre a necessidade de distinguir objecto empírico e objecto científico, bem como a definição instrumental de Indexação.

AMAR, Muriel – *Les Fondements Théoriques de l'Indexation*. Paris :ADBS Éditions, 2000. p. 17, 27

⁸ Atente-se na proposta de Lancaster sobre a tónica do consenso e trabalho em equipa na Indexação.

LANCASTER, F.W. – *Indexação e resumos: teoria e prática*. Brasília: Briquet de Lemos, 1993. p. 73

⁹ MORIN, Edgar *Op. Cit.* p. 20 e sgs.

¹⁰ IFLA Cataloguing Principles: Steps towards an International Cataloguing Code. *Report from the 1st Meeting of Experts on an International Cataloguing Code*, Frankfurt 2003. [Em linha] (IFLA Series on

Bibliographic Control; vol. 26). München: Saur, 2004, IV. [Consult. 26 Novembro 2006]. Disponível em <http://www.ifla.org/V/pr/Bibliographic-Control-vol26-es.pdf>

¹¹ Para a enumeração e reflexão sobre os princípios de Paris cf. LAPA, Anabela Lemos Silva – *As funções do catálogo de autores e títulos*. Coimbra: Fac. Letras Universidade de Coimbra, 1990. (Texto policopiado)

¹² LE BOEUF, Patrick – Brave New FRBR World – *Journée d'étude « FRBR : du modèle théorique aux réalisations pratiques »*. [Em linha] Bibliothèque Nationale de France, 5 décembre 2002 [Consult. 3 Dezembro 2006]. Disponível em http://www.ddb.de/standardisierung/pdf/papers_leboeuf.pdf

¹³ PATTON, Glenn E. – FRAR: Ampliar los conceptos de FRBR a la información de Autoridades. *World Library and Information Congress: 71th IFLA General Conference and Council*. [Em linha]. Oslo, Norway, 14 August 2005. [Consult. 3 Dezembro 2006]. Disponível em http://www.ifla.org/IV/ifla71/papers/014s_trans-Patton.pdf

¹⁴ IFLA – *Cataloguing Section* – Family of ISBDs. [Em linha] (June 2004) Family of ISBDs. [Consult. 5 de Dezembro 2006]. Disponível em <http://www.ifla.org/VI/3/nd1/isbdlist.htm>

¹⁵ BRAZIER, Caroline – Análisis de la participación de la British Library en las actividades de apoyo a la Alianza IFLA-CDNL para Normas Bibliográficas (ICABS), 2003-2004. *World Library and Information Congress: 70th IFLA General Conference and Council*. [Em linha]. Buenos Aires, Argentina, 22-27 August 2004. [Consult. 24 Novembro 2006]. Disponível em http://www.ifla.org/IV/ifla70/papers/022s_trans-Brazier.pdf

¹⁶ No draft apresentado é possível verificar uma lógica de integração de toda a “família ISBD” num só corpo. Cf. a discussão internacional onde, entre outros aspectos, não existe consenso sobre a zona 5. INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS – *International Standard Bibliographic Description (ISBD)* [Em linha] Draft July 2006. [Consult. 15 Dezembro 2006]. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s13/pubs/ISBD-consolidated-July2006.pdf>

¹⁷ A título de exemplo, confronte-se o universo das Associações Canadianas de Arquivistas: Association des Archivistes du Québec (AAQ); Association of Canadian Archivists (ACA); Le Bureau Canadien des Archivistes (BCA).

¹⁸ *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1974

¹⁹ PINTO MOLINA, Maria; GARCIA MARCO, F. Javier ; AGUSTÍN LACRUZ, Maria Del Carmen – *Indización y resumen de documentos digitales y multimedia: Técnicas y procedimientos*. Gijón :

Ediciones Trea, 2002. p. 50

²⁰ Pinto MOLINA, Maria *Op. Cit.* Pgs. 202-2003 A autora apresenta o conceito de enlaces bidireccionais, potenciada pelo documento electrónico, como alternativa à lógica de carácter reticular, de onde resulta uma diluição da fronteira entre emissor e receptor (autor/leitor), este converte-se num agente activo que pode manipular, modificar e enriquecer os documentos.

²¹ MORIN, Edgar *Op. Cit.* p.22

²² Cf. HIERPPE, Roland – *Muddling Through Flux. Challenges of Change for Libraries and Archives: Paper*. Publicado originalmente em: *Nordinfo Nitt*, 1995:4,p.23-29. [Consult. 4 de Dezembro 2006]. Disponível em <http://WWW.ida.liu.se/labs/liblab/publications/Nordinfo96.html>

²³ PINTO MOLINA, Maria, *Op. Cit.* Pgs. 72-73

²⁴ É possível verificar uma descentralização do conceito de referência, antes associado exclusivamente a um bibliotecário que presencialmente esclarece e apoia a utilização dos seus fundos, para a referência *online*, em serviços como os “ask a librarian”, que se transformam em serviços de informação permanente.

HUMMELSHOJ, Marianne – *Do we really serve our users? A model for evaluation and development of reference services on the Internet*. Reference Work Discussion Group (102). [Em linha] Aalborg, Denmark [Consult. 18 Dezembro de 2006] Disponível em <http://www.ifla.org/VII/dg/dgrw/dgrw5.htm#8>

Cf. as linhas de orientação apresentadas pela IFLA para o Serviço de Referência Digital.

IFLA - *IFLA Digital Reference Guidelines* – Reference and Information Services Sections, [Em linha] December 2006 [Consult. 18 de Dezembro de 2006]. Disponível em <http://www.ifla.org/VII/s36/pubs/drg03-s.htm>

²⁵ UMBELINO, Luís – Prolegómenos ao Perguntar – *De Littera*. Número 1, Janeiro de 2000. Secção de Textos dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, p. seis.

²⁶ PINTO MOLINA, MARIA *Op. Cit.* p. 168

²⁷ Cfr. a interpretação sobre a recuperação de informação em modelos de representação de documentos digitais e modelos tradicionais. PINTO MOLINA, MARIA *Op. Cit.* P. 201 e sgs.

²⁸ Cf. ECHEVERRIA, JAVIER – *Introdução à Metodologia da Ciência*. Coimbra: Almedina, 2003. P. 308 e sgs.

²⁹ POLLITT, Steven – *The key Role of Classification and Indexing in View-based Searching*. Centre for Database Access Research. University of Huddersfield. [Consult. em 26 Dezembro 2006]. Disponível em <http://www.ifla.org/IV/ifla63/63polst.pdf>

Este debate vem apoiado com argumentos relativos às novas necessidades dos utilizadores, que exigem ferramentas mais flexíveis de pesquisa e consubstancia-se, por exemplo, na consciência da insuficiente exploração das potencialidades da CDU.

Cf. SLAVIC, Aida – *Mise en oeuvre de la CDU : des rayons de bibliothèque à un langage*

d'indexation structure. World Library and Information Congress: 69th IFLA General Conference and Council, Berlin, Germany, 1 -9 August 2003. [Consult. 3 de Janeiro 2006]. Disponível em http://www.ifla.org/IV/ifla69/papers/032f_trans-Slavic.pdf

Cf. também UDC Consorciun: The Master Reference File (MRF). The Netherlands. [Consult. 3 de Janeiro 2006]. Disponível em <http://www.udcc.org/mrf.htm>

³⁰ Cf. PINTO MOLINA, Maria 205.

Cf. , igualmente, MOREIRO GONZALEZ, José Antonio – *El contenido de los documentos textuales: su análisis y representación mediante el lenguaje natural*. Gijon (Asturias):Ediciones Trea, 2004. p. 19

³¹ Cf. as análises sobre a Linguagem Natural na Recuperação de Informação de Lancaster, *Op. Cit.* Capítulo 13, p. 200 e sgs.

³² Cf. SHERA, Jesse H. MARGARET, E. Egan – *Catálogo Sistemático: princípios básicos de Utilização*. Brasília: Universidade de Brasília, 1969

³³ QUARESMA, Paulo – *Inferência de Atitudes em Diálogos*. Tese Dout. Eng. Univ. Nova Lisboa, 1997.[Texto policopiado].

³⁴ Um exemplo interessante no domínio das ontologias é o desenvolvido para uma base jurídica da Procuradoria-Geral da República. Esta ontologia baseia-se na descrição dos verbos do domínio jurídico, de forma a permitir recuperação de documentos na *web*, e facultando ao utilizador a possibilidade de pesquisa em língua natural.

Cf. QUARESMA, Paulo; Rodrigues, Irene Pimenta; Lopes, Gabriel – *Um sistema de pesquisa de informação para bases de texto em Português*. AI Center, Departamento de Informática: Universidade Nova de Lisboa. [Consult. 07 de Outubro de 2006]. Disponível em <http://www.di.uevora.pt/~pq/papers/propor99.pdf>